



## ARTIGO



## **Violências experimentadas por mulheres transgêneras migrantes venezuelanas no Brasil**

Rodrigo Natan do Nascimento Almeida, *Universidade Federal do Maranhão (UFMA)*

Sara Fiterman Lima, *Universidade Federal do Maranhão (UFMA)*

Helena Moraes Cortes, *Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*

Liliana Janeth Gómez Aristizábal, *Universidad CES*

Zeni Carvalho Lamy, *Universidade Federal do Maranhão (UFMA)*

---

**Resumo.** Mulheres transgêneras venezuelanas fogem da crise e da transfobia em seu país e têm o Brasil como destino buscando proteção legal. Contudo, após ingressarem no território brasileiro, confrontam-se com uma série de adversidades, envolvendo diversas formas de violência. Com isto, o objetivo deste estudo foi analisar as violências experimentadas no Brasil por mulheres transgêneras migrantes venezuelanas. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado em Manaus e Boa Vista, com transgêneras migrantes venezuelanas. Foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas individuais on-line e três grupos focais presenciais, totalizando 34 entrevistadas. Foi realizada análise temática reflexiva. Os dados foram categorizados em: 1) Violência (cis)cultural: ultrapassando territórios e esmagando sonhos e (trans) expectativas, que aborda a violência decorrente de diferenças culturais e a supressão das aspirações dessas mulheres; 2) Violência interpessoal: a discriminação fazendo danos físicos, que explora as agressões físicas e discriminações vivenciadas em diversos contextos; 3) Estratégias adotadas como forma de enfrentamento da violência, onde se evidenciam as estratégias adquiridas para lidar com a violência que enfrentam. Concluiu-se que a interseccionalidade, na qual envolve ser migrante, pobre e mulher transgênera faz com que essas mulheres enfrentem muitas situações de vulnerabilidade, incluindo novas formas

de violência, com poucos recursos para enfrentá-las, apesar de reconhecerem a discriminação e a transfobia como causas principais.

---

**PALAVRAS-CHAVE:** Migração Internacional. Mulheres trans. Saúde Pública. Transfobia

---

## **Introdução**

Desde 2014, a Venezuela tem enfrentado uma grande crise que abrange a esfera econômica, política e social. Nessa realidade complexa, a população venezuelana tem optado em grande número por migrar, com o intuito de buscar condições de vida mais promissoras. Assim, mais de 6,5 milhões de migrantes e refugiados provenientes da Venezuela se mobilizaram em direção a dezessete nações latino-americanas, em busca de salvaguardar seus direitos (RV4).

Diante da persistência da crise venezuelana, a migração deixou de ser uma resposta temporária para se tornar uma experiência prolongada, marcada pela dificuldade de reconstruir a vida em outro território. Muitos desses deslocamentos já ultrapassam três anos, sem que haja perspectivas concretas de retorno, inserção nas comunidades de acolhimento ou reassentamento em condições estáveis. Esse quadro é reconhecido como deslocamento prolongado, expressão que descreve contextos em que a mobilidade forçada se estende indefinidamente, sem que soluções duradouras sejam alcançadas (OIM, 2019).

Nesse cenário, o Brasil tem se apresentado como um dos principais destinos para pessoas em deslocamento prolongado, especialmente para aquelas pertencentes à população LGBTQIAPN+, composta por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexos, Assexuais e outras identidades dissidentes. Entre elas, muitas mulheres transgêneras escolhem migrar ao Brasil pela “suposta” não criminalização de suas existências e por dispor de alguns mecanismos legais contra a LGBTIfobia (França, 2017). Entretanto, ainda que existam mecanismos legais de proteção, a vivência da transgeneridade no espaço público brasileiro permanece marcada por discriminação e violência. Trata-se de um grupo com vulnerabilidade ampliada, particularmente no que se refere ao risco de morte precoce.

Destacando-se que em 2024, foram registrados 122 assassinatos de pessoas transgêneras no país, das quais 117 eram travestis e mulheres transexuais (Benevides, 2024). Além disso, destaca-se que não há dados oficiais que discriminarem especificamente as mortes de pessoas trans estrangeiras, como as venezuelanas, no Brasil.

Ainda assim, para muitas mulheres transgêneras venezuelanas, a migração para o Brasil surge como uma tentativa de preservar a própria integridade física e psíquica. Isso porque, além da crise generalizada que atravessa o país, a Venezuela não dispõe de medidas institucionais que garantam a segurança da população LGBTQIAPN+. A ausência de políticas protetivas tem contribuído para o aumento da violência homofóbica e, sobretudo, transfóbica, especialmente contra mulheres transgêneras. Organizações de direitos humanos denunciam, inclusive, a ocorrência de abusos, detenções arbitrárias e outras graves violações de direitos (Anistia Internacional, 2023).

Diante desse contexto, torna-se fundamental compreender as experiências de mulheres transgêneras no processo migratório, especialmente frente à escassez de estudos que considerem os marcadores de gênero e sexualidade nas análises sobre deslocamentos forçados. Como indicam França e Fontgaland (2020), a produção acadêmica tende a invisibilizar trajetórias que escapam às normatividades, silenciando vivências atravessadas por múltiplas vulnerabilidades. Assim, este estudo teve como objetivo analisar as experiências de violência vividas por mulheres transgêneras venezuelanas em deslocamento prolongado para o Brasil, contribuindo para ampliar a compreensão sobre os atravessamentos entre migração, identidade de gênero e violência, oferecendo subsídios para práticas sociais mais atentas à complexidade que envolve esses deslocamentos.

## **Metodologia**

Estudo de abordagem qualitativa, que faz parte de pesquisa multicêntrica intitulada: “Necessidades e desafios relativos à saúde sexual e reprodutiva de mulheres adultas e adolescentes migrantes”, liderada pela Universidade de Southampton na Inglaterra, sendo aplicada na Colômbia, México, El Salvador e Brasil, onde teve parceria com a Universidade Federal do Maranhão e Fundação Oswaldo Cruz no Brasil, cujo propósito é analisar saúde sexual e reprodutiva de mulheres migrantes venezuelanas adultas e adolescentes.

Os dados foram coletados entre maio e setembro de 2021 nas cidades de Boa Vista - Roraima e Manaus - Amazonas, que foram escolhidos por agregarem um contingente relevante de venezuelanos, e considerando suas proximidades geográficas com Pacaraima (fronteira com a Venezuela) e/ou sendo um local de destino e passagem importante na rota da migração.

A amostra foi do tipo intencional, cujos critérios de inclusão foram ser mulher transgênera, venezuelana, em deslocamento prolongado (Flick, 2009). O número final de participantes foi definido pelo critério de saturação, entendido como o momento em que o incremento de novas observações não produz aumento significativo de informações (Fontanella; Magdaleno Junior, 2012).

Para a coleta de dados foram utilizadas as técnicas de entrevistas individuais semiestruturadas, realizadas à distância através da plataforma Teams devido a pandemia de Covid-19, com um total de nove entrevistas com média de duração de quarenta minutos, e três grupos focais presenciais, no arrefecimento da pandemia, com 25 participantes, e média de uma hora e meia de duração (Aschidamini; Saupe, 2004; Minayo, 2002). As entrevistas foram conduzidas por quatro pesquisadores doutores com experiência em estudos qualitativos, com o apoio de mulheres migrantes centro-americanas bilíngues (espanhol-português), para suporte linguístico e cultural durante a comunicação com as entrevistadas. Foram realizadas em espanhol, para facilitar a compreensão e expressão das participantes, e posteriormente transcritas por tradutores em espanhol e português.

A análise dos dados foi conduzida com base na Análise Temática Reflexiva de Braun e Clarke (2012), método teoricamente flexível que admite a orientação por referenciais conceituais previamente definidos. Assim, adotou-se uma abordagem teoricamente informada, utilizando as categorias de violência cultural e violência interpessoal propostas por Minayo (2014), cuja contribuição é reconhecida no campo da saúde coletiva e na análise crítica das expressões da violência. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 35617020.9.1001.5087), conforme a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, sendo assegurados o sigilo, o consentimento livre e esclarecido e condições adequadas de participação.

## Resultados

Foram entrevistadas 34 mulheres transgêneras, com idades entre 17 e 46 anos. A maioria se autodeclarou parda, solteira, sem renda, migrou desacompanhada e, embora possuísse documentação no Brasil, os documentos não refletiam seus nomes sociais (Quadro 1). Tais características revelam camadas de fragilidade social e econômica que se entrelaçam à identidade de gênero. Uma leitura interseccional permite compreender como esses marcadores reforçam a exclusão e o isolamento social. Senna (2021) destaca que a solidão é uma constante na trajetória de mulheres transgêneras negras e periféricas, manifestando-se de forma estruturante em suas experiências. França e Fontgaland (2020), ao analisarem o contexto de mulheres trans refugiadas em Pacaraima e Boa Vista, também apontam para condições de vida extremamente precárias, marcadas pela marginalização, ausência de oportunidades de trabalho e rejeição tanto por brasileiros quanto por compatriotas venezuelanos.

Participantes das entrevistas individuais								
Código	Idade	Cor da pele	Situação conjugal	Renda total	Data que chegou no Brasil	Com quem migrou	Situação no Brasil	Nome social nos documentos brasileiros
MT_1	19	Parda	Solteira	Sem renda	22/12/20	Amiga	Refugiada	Não
MT_2	19	Parda	Solteira	Sem renda	22/12/20	Amiga	Portadora somente do CPF	Não
MT_3	25	Parda	Solteira	Até 1 salário mínimo	22/10/19	Sozinha	Residência temporária	Sim
MT_4	28	Branca	Solteira	Até 1 salário mínimo	12/01/20	Prima	Portadora somente do CPF	Não
MT_5	39	Parda	Solteira	Até 1 salário mínimo	08/04/18	Não informado	Residência permanente	Não

MT_6	28	Parda	Solteira	Até salário mínimo	23/01/18	Não informado	Refugiada	Não
MT_7	22	Parda	Solteira	Até 1 salário mínimo	09/08/18	Amiga	Residência permanente	Não informado
MT_8	36	Branca	Solteira	Até 1 salário mínimo	10/10/18	Sozinha	Portadora somente do CPF	Não
MT_9	23	Parda	Solteira	Até 1 salário mínimo	20/12/20	Sozinha	Portadora somente do COF	Não
Participantes dos grupos focais								
GFLGBT_M1	46	Parda	União consensual	Até 1 salário mínimo	20/01/20	Companheiro	Refugiada	Não
GFLGBT_M2	25	Parda	Solteira	Até 1 salário mínimo	25/08/21	Sozinha	Refugiada	Não
GFLGBT_M3	32	Parda	União consensual	Sem renda	19/08/21	Não informado	Refugiada	Não
GFLGBT_M4	26	Preta	Solteira	Sem renda	25/01/20	Sozinha	Refugiada	Não
GFLGBT_M5	19	Preta	Solteira	1 a 3 salários mínimos	26/03/21	Sozinha	Refugiada	Não
GFLGBT_M6	19	Preta	Solteira	Sem renda	23/08/21	Amiga	Refugiada	Não
GFLGBT_M7	23	Preta	Solteira	Sem renda	23/05/21	Não informado	Residência temporária	Não

Rodrigo Natan do Nascimento Almeida.  
 Sara Fiterman Lima.  
 Helena Moraes Cortes.  
 Lílíana Janeth Gómez Aristizábal.  
 Zeni Carvalho Lamy.

1341

GFLGBT_M8	22	Preta	Solteira	Sem renda	15/01/21	Não informado	Residência permanente	Não
GFLGBT_M9	27	Preta	Solteira	Sem renda	01/21	Sozinha	Residência permanente	Não
GFLGBT_M10	20	Preta	Solteira	Até 1 salário mínimo	12/02/21	Não informado	Refugiada	Não
GFLGBT_M11	22	Preta	Solteira	Sem renda	12/12/20	Sozinha	Residência temporária	Não
GFLGBT_M12	22	Parda	Solteira	1 a 3 salários mínimos	12/10	Sozinha	Residência temporária	Não
GFLGBT_M13	25	Parda	Casada	Sem renda	18/05/18	Amiga	Refugiada	Sim
GFLGBT_M14	22	Preta	Solteira	Sem renda	15/02/21	Amiga	Refugiada	Não
GFLGBT_M15	23	Parda	Solteira	Sem renda	02/21	Não informado	Residência temporária	Sim
GFLGBT_M16	24	Parda	Viúva	Até 1 salário mínimo	01/21	Sozinha	Refugiada	Não
GFLGBT_M17	28	Parda	União consensual	Sem renda	05/02/21	Sozinha	Residência temporária	Não
GFLGBT_M18	25	Parda	Solteira	Sem renda	20/02/21	Sozinha	Residência temporária	Não
GFLGBT_M19	24	Parda	Solteira	Sem renda	19/12/20	Não informado	Residência temporária	Não
GFLGBT_M20	36	Parda	Solteira	Sem renda	20/12/20	Sozinha	Refugiada	Não
GFLGBT_M21	19	Branca	Solteira	Sem renda	30/09/20	Sozinha	trânsito	Não
GFLGBT_M22	19	Branca	Solteira	Sem renda	13/06/20	Sozinha	Refugiada	Sim

GFLGBT_23	25	Parda	Casada	Sem renda	30/01/21	Sozinha	Residência temporária	Não
GFLBT_M24	17	Parda	União consensual	Sem renda	28/08/21	Parceiro	Refugiada	Não
GFLGBT_M25	24	Branca	União consensual	Sem renda	28/08/21	Parceiro	Refugiada	Não

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

O nome social carrega dimensões afetivas, subjetivas e políticas, sendo uma expressão fundamental da identidade de gênero e, ao mesmo tempo, um instrumento de afirmação da cidadania e da dignidade humana (Mota *et al.*, 2022; Nunes *et al.*, 2020). No Brasil a Resolução nº 12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, regulamenta o uso do nome social e reconhece a identidade de gênero de pessoas trans e travestis. Além disso, em 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito das pessoas transgêneras de alterar o nome e gênero nos documentos de identificação (Brasil, 2015; Brasil, 2018).

Apesar desses avanços normativos, mulheres trans migrantes ainda enfrentam dificuldades persistentes na regularização documental. A ausência do nome social em seus registros decorre de múltiplos fatores, como a desinformação por parte das próprias usuárias, o despreparo dos órgãos públicos e a burocracia agravada pelo intenso fluxo migratório. Mesmo quando há previsão para inclusão do nome social, é comum que os documentos sejam emitidos com base no sexo biológico, reforçando constrangimentos cotidianos e barreiras no acesso a direitos. Além disso, a oferta de informações desatualizadas ou imprecisas sobre os procedimentos de correção documental contribui para a manutenção de situações de exclusão e invisibilidade (OIM, 2020; Rocha;Ribeiro, 2018).

### **Violência (cis)cultural: ultrapassando territórios e esmagando sonhos e (trans)expectativas**

As entrevistadas relataram vivências constantes de situações de violência, onde os seus agressores eram brasileiros e ainda outros venezuelanos migrantes, que as discriminavam e praticavam ações preconceituosas, como ofensas e intimidações, nos diversos ambientes como o trajeto migratório, as ruas e os abrigos no Brasil.

“Lamentavelmente, não pertencíamos àquele lugar porque havia muito preconceito e era muito difícil. Porém, não fazíamos nada além de dormir, ficávamos em nossos quartos para evitar qualquer tipo de desprezo, discriminação ou preconceito (MT\_1).”

“Nós moramos muito tempo na rua e foi difícil, como eu lhe explico? Porque a discriminação era tão forte... a homofobia (MT\_1).”

Diante dos relatos das mulheres transgêneras, foi possível de ser analisado que havia uma violência que persistia para elas, na qual se apresentava de diferentes maneiras, não se limitando ao país de origem, mostrando que não se tratava unicamente de regras locais da Venezuela ou algo particular dos seus agressores, mas sim, na maneira como era estabelecida uma relação entre a sociedade e estas mulheres. Dessa maneira, tais práticas foram consideradas manifestações de uma violência cultural, que consiste em qualquer forma de discriminação e preconceito, geralmente visto como algo natural, e repercutindo em exclusão, recharçamento e humilhação (Minayo, 2014).

Para Butler (2019), mulheres e minorias sexuais estão mais expostas à violência em virtude de normas sociais que desumanizam seus corpos, tornando suas vidas mais vulneráveis e sujeitas a um extermínio naturalizado. Lôndero, Reis e Mewes (2024) destacam que, embora as taxas de violência contra pessoas transgêneras sejam alarmantes, há subnotificação sistemática dos casos, o que configura uma forma de discriminação institucional e omissão do poder público. Ademais, não há registros oficiais que considerem o status migratório em casos de violência contra mulheres transgêneras, o que reforça o quadro de invisibilidade e desamparo vivenciado por essa população.

Em adição, as mulheres transgêneras entrevistadas também trouxeram vivências de humilhações, perseguições, ameaças e

hostilização como parte de suas rotinas, fazendo com que vivessem em perigo iminente e constante.

“Estou ameaçada. Sinto-me bem, mas, para conseguir sair na rua, comemorar, trabalhar, passear, ser livre como eu quiser...devido a isso, à essa ameaça que eu recebi, isso não tem permitido que eu saia na rua e ser como eu quero ser (GFLGBT\_M5).”

“Jesus, na rodoviária, se íamos para lá as pessoas gritavam ‘mate!’, e com as grosserias e estupidezes: ‘Duas bichas. Viados’, e viemos para cá, foi igual, ou seja, só tínhamos um horário para tomar banho às 5 da tarde, se fosse depois das cinco ou antes das cinco a gente não tomava banho (GFLGBT\_M18).”

Percebeu-se como a violência cultural vivenciada rotineiramente impossibilitava o alcance mínimo de bem-estar, uma vez que as entrevistadas lidavam constantemente com discriminações relacionadas à sua identidade de gênero, o que intensificava a precarização já imposta pela migração. A transfobia, nesse contexto, constitui um elemento estruturante da exclusão social. Segundo Podestá (2019), trata-se de um ataque direcionado não apenas a pessoas transgêneras, mas a todos que rompem com os padrões de coerência entre sexo e gênero exigidos pela cisgeneridade. Essa violência se expressa de forma heterogênea, explícita ou sutil, tanto nas relações interpessoais quanto na forma como se produz ciência e discurso social.

Para Sánchez-Fuertes *et al.* (2021), a transfobia se apresenta como realidade transversal à vivência de mulheres trans em múltiplos contextos geográficos. Nesse sentido, é importante distinguir transfobia de homofobia (termo citado por algumas entrevistadas), pois enquanto a homofobia diz respeito à discriminação baseada na orientação sexual, a transfobia refere-se especificamente à rejeição da identidade de gênero trans, manifestando-se em rejeição social, simbólica e institucional (Facchini; França, 2020; Bento, 2006).

Contudo, ao chegarem no Brasil deparam-se com uma realidade bem diferente da esperada, onde persistiam as práticas de preconceito e transfobia. Assim, as entrevistadas reconheceram que ainda viviam uma vulnerabilidade persistente e que seguiam com medo da morte.

“E ainda mais para nós, a maioria somos da comunidade LGBTI, mulheres trans, e na rodoviária é um lugar com muito machismo, homofobia, então chegar em Boa Vista, onde existe um sonho e encontrar uma realidade diferente, é uma comoção muito grande (GFLGBT\_M1).”

“Obviamente me falaram que o Brasil é um país que atualmente tem decretado muitas leis que nos beneficiariam, mas ainda é um dos países do mundo onde existe muita homofobia, onde existem muitas mortes, de ataque contra nós (GFLGBT\_M2).”

“É verdade que quando todos tomaram a decisão de vir para o Brasil, todos pensavam: Brasil é um mundo onde não há discriminação, não há homofobia, nem nada, onde poderei fazer minha vida, vou ser feliz, vou fazer o que eu quiser. Então, chegar aqui de verdade foi um grande impacto quando não é concebível, muito machismo e muita discriminação (GFLGBT\_M12).”

Diante dos relatos das participantes, evidencia-se o impacto ao perceberem que não estavam protegidas do machismo e da discriminação no Brasil. O sonho de encontrar uma realidade distinta foi desfeito, pois os ataques às suas existências persistiram, gerando intenso sofrimento, já que a possibilidade de expressarem suas identidades de gênero permaneceu ameaçada, resultando em frustração profunda e imediata.

Estudos apontam que, no contexto pós-migratório, mulheres transgêneras enfrentam condições agravadas de vulnerabilidade, com alta incidência de permanência em situação de rua e dificuldades no acesso à serviços de saúde e assistência social. Esses entraves não decorrem apenas de falhas operacionais, mas refletem uma transfobia institucionalizada, presente inclusive entre os gestores dos dispositivos de acolhimento. Mais uma vez, ratifica-se a violência cultural a que essas

mulheres são sistematicamente submetidas (França; Fontgaland, 2020; Silva, 2025).

As falas das entrevistadas também revelaram episódios de xenofobia, marcados por discriminação devido à nacionalidade venezuelana. Essa violência evidencia uma vulnerabilidade interseccional, agravada pela sobreposição entre identidade de gênero e condição migratória, aprofundando os mecanismos de exclusão vivenciados por essas mulheres.

“Porque de fato aqui já sofri no meu trabalho com uma brasileira que falava que eu tinha que retornar para meu país. Que eu era venezuelano e o venezuelano tem que retornar ao seu país porque o venezuelano é safado, é um pilantra, tudo isso enquanto eu falava com ela em português. Eu lhe disse que ela não podia julgar o livro pela capa, porque não todos nós somos iguais, existem venezuelanos bons, e assim como existem brasileiros bons, há maus também (MT\_3).”

“O que a gente vive na rua. Bom, o maltrato, mais que tudo o maltrato, nem todo mundo te trata bem à noite assim, você entende o que quero dizer, e quando descobrem que o sotaque e a língua não são iguais, te expulsam. Mas eu sempre sei lidar com isso, sabendo tratar as pessoas com humildade, sempre se dá a volta, e eles perguntam o porquê a gente sai da Venezuela e falam que a gente está morrendo de fome (MT\_8).”

Ser trans e migrante expõe essas mulheres a uma sobreposição de estigmas, em que a identidade de gênero dissidente e a condição migratória se articulam, fazendo com que sejam percebidas não apenas como transgressoras das normas binárias, mas também como corpos indesejáveis e criminalizáveis. Essa lógica de exclusão opera dentro do que Butler (2015, 2021) denomina como enquadramentos sociais que determinam quais vidas são reconhecidas como dignas de luto e proteção, e quais permanecem vulneráveis à violência e ao apagamento. Trata-se de uma produção de alteridades perigosas que, como aponta Foucault (2014), são geridas por dispositivos de controle e punição.

Assim, a intersecção entre transfobia e xenofobia intensifica os processos de marginalização e legitima práticas institucionais de desamparo.

Gauger (2024) reforça que, na sociedade brasileira, sujeitos que não se conformam aos padrões cisheteronormativos enfrentam processos sistemáticos de silenciamento e exclusão. No caso das mulheres trans migrantes, essa exclusão se intensifica por meio da xenofobia, seletivamente dirigida a grupos latino-americanos, em contraste com a maior receptividade a migrantes europeus e norte-americanos. Essa seletividade revela como raça, nacionalidade e classe estão entrelaçadas na manutenção de hierarquias sociais que definem quais vidas merecem acolhimento e quais são descartáveis (Butler, 2015; 2021). A xenofobia, nesses termos, constitui uma dimensão concreta da violência estrutural, presente inclusive em serviços públicos de acolhimento e assistência nos territórios de fronteira (Arruda-Barbosa *et al.*, 2024).

Inseridas em contextos de extrema vulnerabilidade, como a informalidade do trabalho sexual, a ausência de moradia e de redes de apoio, essas mulheres enfrentam múltiplas formas de violência, com impactos diretos sobre sua saúde física e mental. Tal como apontam Silva *et al.* (2022) e Zucchi *et al.* (2019), a marginalização atravessa suas trajetórias escolares, o acesso à proteção social e à saúde, produzindo trajetórias marcadas por exclusão e danos cumulativos. Assim, a migração, que deveria representar um caminho para afirmação de direitos e preservação da vida, revela-se, muitas vezes, como a travessia para novas formas de precarização.

A violência, entretanto, não se restringe ao País de destino, mas as acompanha no processo migratório, pois os mesmos venezuelanos que as discrimina em seu país de origem, também migram para o Brasil, e aqui continuam a discriminá-las mesmo estando juntos na condição de migrantes, causando assim choque e desapontamento por parte das entrevistadas.

“O mais dolorido é que não se trata de discriminação entre brasileiros e venezuelanos, mas sim dos próprios venezuelanos discriminando seu povo. Algo terrível, um grande choque (GFLGBT\_M2).”

“Eu tenho um primo [...] transgênero, que venezuelanos, marcaram uma reunião com a gente. As pessoas mandaram nos chamar, e naquela reunião nos disseram

que não podíamos falar com os homens, que não podíamos nos vestir com roupas femininas, que tínhamos que andar direitinho (GFLGBT\_M4).”

As falas destacam a profundidade do preconceito que pessoas não cisheteronormativas sofrem durante suas vidas, em que o sentimento de solidariedade é inviabilizado a partir dos marcadores de gênero, determinando que as mulheres transgêneras não eram passíveis de serem vistas como companheiras, em última instância, como seres humanos.

Conforme Butler (2021), atos de violência cometidos contra o outro recaem também sobre quem os pratica, dado que os limites entre “eu” e “outro” são socialmente interdependentes. A experiência social, portanto, é essencial para a construção de um ambiente habitável e de estruturas de reconhecimento. Nesse sentido, ao observar as narrativas das mulheres transgêneras migrantes, evidencia-se sua luta por reconhecimento como sujeitas, embora enfrentem uma estrutura social atravessada por misoginia e transfobia que as impede. São desafios que extrapolam a violação da dignidade humana, restando-lhes, muitas vezes, apenas a possibilidade de sobreviver no contexto em que se inserem.

### **Violência interpessoal: a discriminação fazendo danos físicos**

Considerando os relatos das entrevistadas, a violência física também fez parte das suas vivências. Sendo relatadas situações em que houve danos físicos e materiais em variados contextos, com agressões físicas acompanhadas de violência psicológica e verbal, não partindo somente de outros migrantes venezuelanos ou civis brasileiros, mas também de agentes públicos.

“Quando cheguei em Pacaraima, fui uma pessoa que sofreu muito maus-tratos das pessoas de lá, daquele abrigo, em Pacaraima, tanto dos militares quanto das pessoas...dos trabalhadores e trabalhadoras de lá (GFLGBT\_M3).”

“É fatal tudo o que nós passamos por lá, sabemos muito bem o que se passa ali, são dois pilantros venezuelanos puros. Tem dois pilantros que querem te chutar, eles te ameaçam, eles te colocam numa área isolada da população que tem na rodoviária. E você não pode passar na área da família, você não pode conversar com as pessoas porque elas acreditam que é você é uma mancha. Elas dizem que é uma mancha (GFLGBT\_M16).”

Para Minayo (2014), a violência interpessoal pode ser expressa através de agressões físicas, estupros e ataques sexuais. Dividindo-se no ambiente intrafamiliar, ou seja, dentro do círculo familiar, e comunitário, em que ocorre em âmbitos próximos a pessoa, sendo manifestada por pessoas conhecidas ou desconhecidas. No caso das pessoas transgêneras, a família pode se configurar metaforicamente como uma “faca de dois gumes”, no sentido de que quando acolhe e aceita a expressão de gênero de seu familiar transgênero, este fato pode atuar como fator protetor da saúde mental do familiar transgênero, ao passo em que ao contrário disso, pode ser a primeira instituição marcadamente violenta imprimindo marcas psicoemocionais significativas no desenvolvimento daquele ente que não é cisgênero atuando como fato de sofrimento psíquico (Cortes; Araújo, 2020).

Salienta-se que os depoimentos das mulheres transgêneras expõem uma dura realidade, pois aqueles que representam o Estado também praticam violência contra elas. Alvarado (2021) destaca que essas violências ocorrem em diferentes espaços, inclusive por parte de agentes estatais, manifestando-se tanto no acesso precário a abrigos quanto no despreparo dos profissionais que as atendem. Silva (2025), por sua vez, revela que as cidades de Boa Vista (RR) e Manaus (AM) contam com instituições voltadas ao atendimento da população LGBTQIAPN+, oferecendo abrigo, alimentação, saúde, documentação e orientação jurídica, mas de maneira insuficiente diante do crescente fluxo migratório. Aponta ainda certa frequência em relatos de violências cometidas por funcionários públicos, sobretudo por agentes de segurança, o que associa ao desconhecimento sobre diversidade de gênero que segundo a autora sustenta a transfobia institucionalizada.

Para além da discriminação institucional e das barreiras sociais já discutidas, as participantes relataram episódios de violência física, entre

os quais citaram espancamentos, sequestros, tentativas de assassinato, maus-tratos, assaltos, estupros e abusos:

“Fui abusada, cortaram meu cabelo, fui abusada sexualmente e, de verdade, não tem sido fácil estar fora do meu país (MT\_2).”

“Não sei, eu digo que o abuso é uma delas [formas de violência]. Sofremos, por nossa parte sofremos muito abuso, mais que uma mulher normal (MT\_3).”

Os relatos indicam que as agressões físicas relatadas não se restringiram à dimensão corporal, sendo também percebidas como ataques à identidade de gênero. A partir da fala de uma das participantes, que afirma que mulheres transgêneras sofrem mais abusos do que mulheres cisgênero, consideradas “normais”, observa-se como as experiências de violência são atravessadas por distinções de gênero percebidas pelas próprias entrevistadas, o que contribui para compreender os impactos dessas vivências na forma como constroem a si mesmas no contexto migratório.

Tais achados corroboram com Alvarado (2021) e Pereira (2018), onde apontam em seus estudos científicos, experiências de mulheres transgêneras, nas quais eram agredidas, torturadas e violentadas sexualmente em contextos diversos, e em grande maioria por homens. De acordo com Alvarado (2021, p. 38), o assédio sexual vivido por mulheres transgêneras deve ser denominado de “Assédio sexual transfóbico”, visto que mulheres cisgêneras também enfrentam situações semelhantes em relação ao assédio. Todavia, dando enfoque para as mulheres transgêneras, além da violência de cunho sexual, há uma violação às suas identidades de gênero, e um uso maior da violência. Além disso, o fator da exposição à infecção do vírus HIV decorrente do abuso sexual, torna-se um aspecto que intensifica a condição de vulnerabilidade, como aponta a literatura (Mendes; Jorge; Pillecco, 2019).

Duas participantes relataram episódios de espancamento, sequestro, tortura e tentativa de homicídio envolvendo outras mulheres

transgêneras venezuelanas. Esses relatos expressam uma percepção de risco que contribuiu para o medo e a restrição da circulação, especialmente ao deixar espaços como rodoviárias e acessar as ruas.

“Mas eu escutei em Boa Vista, que bateram várias vezes em uma transgênero. Também teve uma que foi sequestrada, ficou desaparecida por dois dias, e quando apareceu, apareceu toda espancada. Então, esse foi um dos motivos pelos quais tivemos medo de sair da rodoviária e ir para a rua (MT\_4).”

“Sim, eu tenho muitas amigas trans venezuelanas que têm sofrido muito maus-tratos aqui, uma delas levou um tiro na perna (MT\_5).”

O risco de morte, não era um evento excepcional, mas presente no cotidiano das entrevistadas, revelando o grau extremo de precarização a que estavam submetidas. A transfobia, longe de ser episódica, operava como um regime contínuo de violência, atravessando dimensões físicas, simbólicas e institucionais, e tornando-se inseparável da própria condição de existência dessas mulheres no Brasil. Assim, em um contexto em que nenhum espaço se mostrava plenamente seguro, a escolha por locais de “menor risco” não representava proteção, mas a necessidade de gerir cotidianamente a própria exposição à violência. Trata-se, portanto, não de escapar da violência, mas de sobreviver à sua reconfiguração permanente, marcada pela omissão do Estado, pela hostilidade social e pela intersecção entre transfobia, xenofobia e desigualdade de classe.

Segundo Butler (2021, p. 31), vivemos em um “campo de violência”, não havendo a possibilidade de fugir, visto que a violência acontece o tempo todo e principalmente contra as minorias. Foucault (2014) contribui para a discussão ao trazer a violência como um agente que exerce a função de disciplinar aqueles que estão fora da norma e orientar a sociedade no geral.

As participantes relataram também outros episódios de violências interpessoais, como assaltos e abusos no trajeto migratório, evidenciando como a ausência de garantias institucionais torna o

percurso um espaço contínuo de vulnerabilidade, especialmente para aquelas cujas identidades de gênero acentuam a exposição à violência.

“Me roubaram várias vezes, em duas ocasiões. Eu cheguei de Pacaraima até aqui Boa Vista [...] Me aconteceram outras coisas no caminho, ou seja, tive que viver tantas coisas: me roubaram, tive que sair correndo dos militares (GFLGBTM\_10).”

Este relato evidencia como a condição de migrante intensifica os processos de precarização e desumanização vividos pelas entrevistadas. Além das dificuldades comuns aos fluxos migratórios forçados, essas mulheres enfrentam riscos agravados durante o percurso e nas fronteiras, como estupros, assédios, agressões físicas e assaltos, violências recorrentes nos relatos de migrantes venezuelanos e particularmente severas para aquelas cuja identidade de gênero as torna alvos preferenciais (Lamy; Leal; Riggiruzzi, 2023).

A recorrência da violência contra mulheres trans migrantes em espaços públicos revela um padrão estrutural de negligência, no qual o direito à vida dessas mulheres é sistematicamente desconsiderado. Essa realidade expõe uma insensibilidade do poder público diante de situações que não são isoladas, mas constantes e amplamente visíveis. Diante da ausência de respostas institucionais, resta a essas mulheres enfrentar sozinhas um contexto de violência reiterada, em um cenário sociocultural onde a transfobia, o transfeminicídio e outras formas de exclusão continuam a se (re)produzir.

Para Rico (1996), a violência de gênero é acima de tudo, uma infração aos direitos humanos, violando a garantia à vida, liberdade e segurança. Além disso, a autora aponta que mulheres vítimas de violência de gênero, também estão expostas a uma transgressão de suas próprias identidades, visto que são molestadas e subordinadas a um outro.

Assim, além das dimensões simbólica e interpessoal já evidenciadas, impõe-se a análise da violência estrutural que perpassa a experiência das mulheres transgêneras migrantes, aquela exercida de forma sistemática por instituições e pelo próprio Estado. Tal violência

manifesta-se em legislações que, embora formalmente protetivas, não se traduzem em práticas efetivas; em uma burocracia que reforça desigualdades; na ausência de políticas habitacionais e de saúde sensíveis às especificidades trans; e na invisibilidade estatística dessa população. Esses elementos operam em conjunto, compondo um sistema que sustenta a marginalização e nega direitos fundamentais a essas mulheres.

### **Estratégias adotadas como forma de enfrentamento da violência**

É importante destacar que a maioria das mulheres entrevistadas relataram poucas estratégias para o enfrentamento das situações de violência, mas foi possível identificar algumas atitudes que demonstraram autopreservação, embora estejam associadas a atitudes também violentas.

“Na verdade, é assim: quando a gente sai pra rua a gente tem que estar com faca ou com qualquer coisa (GFLGBT\_M13).”

“Então, minha amiga! Nós como LGBT necessitamos de um curso de capacitação para nos proteger (GFLGBT\_M18).”

As estratégias relatadas pelas entrevistadas para assegurar a própria sobrevivência evidenciam a desumanização cotidiana a que estão submetidas. Em contextos de extrema vulnerabilidade, os recursos disponíveis, ainda que precários ou marcados por contradições, tornam-se ferramentas de resistência. Nesse sentido, Butler (2021) propõe uma ética da não violência que não se confunde com passividade, mas com uma forma ativa de enfrentamento das injustiças sociais. Para a autora, ações como assembleias, boicotes, greves, paralisações e até o uso tático da violência constituem práticas políticas e psíquicas de subversão, nas quais aquilo que é destrutivo pode ser redirecionado contra as forças que ameaçam a vida.

As entrevistadas também relataram formas de enfrentamento diante de assédios verbais sofridos nas ruas, adotando posturas que buscavam afirmar respeito e preservar sua integridade. Embora não

recorressem à força, posicionavam-se de maneira assertiva frente às agressões, seja por meio de respostas diretas, seja pelo aprendizado compartilhado com outras mulheres trans sobre como lidar com essas situações no cotidiano.

“Eu olho para eles... assim como: Que acontece contigo? Respeite. Às vezes lhes digo: respeita. E vou embora, mas, a maioria das vezes tento evitá-los, você me entende? (MT\_5).”

“Aqui tem muitas colegas minhas que trabalham na rua e me falam ‘quando falarem um palavrão para você, ou quando falarem isso, não leve em conta’. Porque aqui eles são assim... Aqui eles fingem que eles são machos... que eles são isso... e, quando a família olha para outro lado, acabam ficando com você. O que você tem que fazer é se comportar à altura, se comportar como a mulher que você é e não se rebaixar a nenhum tipo de comentário ou qualquer coisa que te machuque. E eu faço a mesma coisa que elas me dizem, não posso fazer mais (MT\_8).”

As falas evidenciam que, em muitos casos, o enfrentamento do assédio não se dava de forma isolada. Para algumas mulheres, foi fundamental o apoio de outras migrantes transgêneras, cujas orientações e experiências compartilhadas atuavam como dispositivos de resistência frente à violência cotidiana. Esse suporte coletivo não apenas orientava formas de resposta, mas, sobretudo, fortalecia a concepção de si enquanto mulheres, em contraste com os discursos deslegitimadores impostos por seus agressores. Assim, demonstram que reafirmar a identidade a partir da escuta e do reconhecimento entre pares constitui uma estratégia de sobrevivência identitária.

Mulheres transgêneras enfrentam cotidianamente múltiplas formas de violência, mas seguem mobilizando esforços para afirmar suas existências e reivindicar seus direitos. A união entre pares e a luta contra os estigmas impostos socialmente constituem estratégias de resistência que reafirmam suas identidades, ainda que persistam desafios relacionados à visibilidade e ao reconhecimento pleno, inclusive dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+ (Mendes; Jorges; Pillecco, 2019).

Quando questionadas sobre as orientações recebidas, as entrevistadas relataram terem recebido palestras sobre direitos e participado de programas de capacitação profissional. Uma delas mencionou especificamente informações sobre a Lei Maria da Penha, embora não tenha sido possível verificar se esse direito foi efetivamente exercido. Além disso, nenhuma das outras participantes fez referência a esse conhecimento.

“Fazem curso de empoderamento de refugiados, de treinamento, que prepara para o mercado de trabalho, para entrevistas de emprego e para o desenvolvimento profissional (GFLGBT2\_M6).”

“Sobre essa bolsa, que até me foi dada, é sobre a Lei Maria da Penha (GFLGBT1\_M10).”

O acesso à informação sobre dispositivos legais como a Lei Maria da Penha é um elemento central para a garantia de direitos de mulheres trans em situação de vulnerabilidade. Embora essa legislação tenha se consolidado como um instrumento relevante no combate à violência de gênero e na responsabilização de agressores, sua aplicação ainda enfrenta barreiras significativas, especialmente nas instâncias iniciais do judiciário, onde o machismo estrutural continua operando (Scott Junior; Viebrantz, 2021). Para mulheres transgêneras migrantes, essa realidade se agrava diante da exclusão histórica de suas identidades nos marcos legais de proteção. Como destacam Lôndero, Reis e Mewes (2024), essa omissão, evidenciada por exemplo na ausência dessas mulheres na Lei do Femicídio, revela uma resistência institucional em reconhecer a complexidade das identidades de gênero, reforçando práticas de violência estrutural. Assim, a ausência de conhecimento e de acesso a esses direitos jurídicos compromete não apenas a proteção, mas também a possibilidade de reconhecimento e pertencimento social dessas mulheres.

As entrevistadas expressaram sentimentos recorrentes de medo diante da possibilidade de sofrer diferentes formas de violência. Como resposta, passaram a adotar estratégias de esquiva, entre elas, a ocultação de sua identidade de gênero em espaços públicos. Tal comportamento evidencia o nível de vulnerabilidade vivenciado e a

necessidade de renunciar à expressão de si como forma de autoproteção e tentativa de garantir respeito em contextos marcados pela hostilidade.

“Porque eu tenho medo de que eles me maltratem porque estão bêbados, entendeu? Isso me assusta porque não se sabe. Então, você passa a evitar problemas. Então eu desvio, vou para casa ou vou para outro mercado porque tem que evitar, bom, você não sabe se eles são homofóbicos, a gente não sabe (MT\_5).”

“Eu tenho um respeito, se eu for na Polícia Federal para alterar a documentação, eu não vou vestida de mulher. Assim, passo mais respeito, você me entende? Eu não vou vestida de mulher (MT\_5).”

A primeira fala evidencia como o medo de simplesmente existir enquanto mulher trans foi brutalmente introjetado pelas participantes. As experiências reiteradas de transfobia operaram como um mecanismo de interdição subjetiva, em que o controle sobre seus corpos deixou de depender de um agente externo. Em determinado momento, a vigilância passou a partir delas mesmas, restringindo seus gestos, expressões e mobilidade. Já a segunda fala escancara o paradoxo vivido: mesmo ao tentarem evitar novas agressões por meio da autonegação de sua identidade de gênero, acabavam submetidas a outras formas de violência, como o apagamento de si. Renunciar à expressão de sua identidade tornava-se, assim, uma tentativa de obter respeito, ainda que ao custo da própria subjetividade.

Mulheres transgêneras, ao experimentarem vivências de violência de forma prematura em suas vidas sem a presença de uma rede de apoio, desenvolvem a esquiva e a fuga como possibilidades mais acessíveis, apresentando uma hipervigilância para prever a violência e dedicação de esforço para parecer mulheres cisgêneras, ou ainda fazer uma seleção de locais que conseguem assumir sua identidade de gênero (Ussher *et al.*, 2022).

Entre as estratégias de enfrentamento, o deslocamento recorrente foi mencionado como mecanismo de proteção. Para muitas

participantes, sair de determinados contextos era menos uma escolha e mais uma exigência para preservar a própria integridade física.

“E até violência, não exatamente na rodoviária, mas saindo de lá, nós sofremos uma agressão física das pessoas, de alguns homens que também moravam lá, era uma questão que nós não queríamos dormir mais lá, nos motivou para irmos às ruas e dormir nas ruas por não querer ficar mais lá (MT\_1).”

“Tinha tantas pessoas que discriminavam as trans e tinha muito malandro, muitas pessoas estranhas, então eu estava como aquele medo, sabe? Que algo poderia acontecer comigo e meu parceiro. Então decidi não demorar mais para que tudo acontecesse o mais rápido possível e deu certo. Nada desagradável aconteceu (MT\_7).”

A decisão de ir morar nas ruas, tomada sob desespero, desvelava o falso senso de escolha imposto a essas mulheres. Estar fora da rodoviária podia representar uma fuga imediata de um cenário de violência explícita, mas de forma alguma significava segurança. A rua, embora parecesse uma alternativa, mantinha-as igualmente expostas a um processo contínuo de apagamento e extermínio de suas existências.

Chinazzo *et al.* (2021) apresentam em seu estudo situacional sobre a saúde mental de mulheres transgêneras do Sul e Sudeste do Brasil, que 67,50% já evitaram lugares por medo de serem agredidas ou sofrer algum preconceito pelo fato de serem mulheres transgêneras. Por conseguinte, o sentimento de angústia é prevalente nas mulheres transgêneras, pois ao terem que lidar com vivências repetidas de violência e fazer uso de estratégias para serem despercebidas em espaços públicos ou mais aceitas pela sociedade, ainda alegam não sentir paz e liberdade de ser quem são. No entanto, as mesmas ainda persistem, ainda que claudicando, em ser realmente quem são (Sánchez-Fuentes *et al.*, 2021).

Perceber os poucos recursos que as entrevistadas trazem sobre como enfrentar situações de violência, apontam reflexões sobre o quão bem-sucedidos estão sendo tais dispositivos de controle e aniquilamento contra essas mulheres. Pensar em políticas públicas específicas para

essas mulheres transgêneras e migrantes, é de alguma forma assegurar a preservação legal da humanidade dessas pessoas.

Além disso, observa-se nesse cenário, agressões e assassinatos tornaram-se corriqueiros, atravessando os limites das ruas, com ocorrências dentro dos próprios abrigos. Dessa forma, a violência contra as mulheres transgêneras atravessa os campos psicológico, verbal, físico, sexual e econômico, agravados pelo estigma e a exclusão de migrantes. Com isto, considerar a pluralidade dessas experiências é de suma importância para que diferentes faces da violência e das vítimas sejam reconhecidas (Silva *et al*, 2022).

## Conclusão

As mulheres transgêneras migrantes venezuelanas apresentaram percepções claras sobre as motivações da violência sofrida, reconhecendo na transfobia uma constante histórica que antecede a chegada ao Brasil. No entanto, ao projetarem no país de destino a esperança por reconhecimento e dignidade, deparam-se com a continuidade, e agravamento da exclusão, marcada também pela xenofobia. O entrelaçamento dessas violências reatualiza vulnerabilidades e impõe novas camadas de precarização social.

As experiências relatadas revelam como a transfobia, a xenofobia, o racismo e a desigualdade social operam em rede, atravessando instituições, relações sociais e práticas cotidianas. A violência parte de diferentes atores civis, outros migrantes e agentes do Estado, e compromete não apenas a segurança física dessas mulheres, mas também suas possibilidades de existência digna, circulação e expressão de gênero. Os recursos de enfrentamento se mostram escassos e pouco efetivos, revelando a insuficiência de respostas institucionais e a ausência de políticas interseccionais de acolhimento.

Essas constatações não apenas reforçam a urgência de respostas institucionais, mas desafiam a lógica hegemônica das políticas de acolhimento que ignoram os marcadores de gênero, raça e territorialidade. As experiências dessas mulheres evidenciam que a migração, para elas, não é apenas deslocamento geográfico, mas travessia por fronteiras simbólicas, sociais e políticas que continuam a negar sua humanidade. Reconhecer e enfrentar essa trama de exclusão

não é apenas uma demanda ética, mas condição para a efetivação de qualquer política que pretenda, de fato, proteger vidas.

## Referências

ALVARADO, Karol Carmona. La violencia contra las mujeres trans en los espacios públicos: entre el acoso sexual y la transfobia. **Revista de Derechos Humanos**, Costa Rica, v. 32, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/derechoshumanos/article/view/15192/21248>. Acesso em: 06 dez. 2023.

ARRUDA-BARBOSA, Loeste *et al.* Migrantes venezuelanos e direito à saúde: percepções de técnicos de enfermagem de um hospital geral. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 34, p. e34036, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/wwSC9nmy7NJQvyGgR65Bf8r/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

ANISTIA INTERNACIONAL. **O estado dos direitos humanos no mundo**. Londres: Anistia Internacional, 2023. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/pol10/5670/2023/bp/>. Acesso em: 01 abr. 2025.

ASCHIDAMINI, Ione Maria; SAUPE, Rosita. Grupo focal - Estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 9-14, 2004. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-418647>. Acesso em: 08 dez. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo. **STF**: Brasília, DF, 01 mar. 2018. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>. Acesso em: 10 jul. 2025

BRASIL. Resolução nº 12, de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT). Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais -

nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização, 2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p 1-2, 2015.

BENEVIDES, Bruna Gonçalves. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais Brasileiras em 2024**. Brasília: Distrito Drag; ANTRA; 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2025.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Thematic Analysis. In: COOPER, Harris *et al.* **APA handbook of research methods in psychology**. v. 2. Research designs: quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological. Washington, DC: American Psychological Association, 2012. p. 57-71.

BUTLER, Judith. **A força da não violência: um vínculo ético-político**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. São Paulo: Autêntica Business, 2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é possível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CORTES, Helena Moraes; ARAÚJO, Lorena Moura Pontes. Repercussões da exclusão social na saúde mental de pessoas transgêneras. In: Carlos Sequeira; José Carlos Carvalho; Luís Sá *et al.* (org.). **Congresso Internacional ASPEM: Mais saúde mental**, 11, 2020. Porto: ASPESM, 2020, v. 1, p. 1-223.

CHINAZZO, Ítala Raymundo *et al.* Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 5045-5056, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9jjxfFmdYWBjWQD5Xc5kZVf/>. Acesso em: 07 dez. 2023.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo.** Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; MAGDALENO JUNIOR, Ronis. Saturação teórica em pesquisas qualitativas: contribuições psicanalíticas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 63-71, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Lisboa: Leya, 2014.

FRANÇA, Isadora Lins; FONTGALAND, Arthur. Gênero, sexualidades e deslocamentos: notas etnográficas sobre imigrantes e "refugiados lgbt" no Norte no Brasil. **Remhu: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 28, n. 59, p. 49-68, ago. 2020.

FRANÇA, Isadora Lins. "Refugiados LGBTI": direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gzz9CBDpLFhVPQ9S9B6nwhn/#>. Acesso em: 06 dez. 2023.

GAUGER, Flávia. Fluxos Migratórios: vivências de imigrantes LGBTQIA+ e os mecanismos internacionais dos direitos humanos entre 2017-2021. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, p. e43430-e43430, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/43430>. Acesso em: 9 abr 2025.

LAMY, Zeni; LEAL, Maria do Carmo; RIGGIROZZI Pia. **Sumário Executivo do ReGHID.** 2023. Disponível em: [https://nascernobrasil.ensp.fiocruz.br/?us\\_portfolio=reghid](https://nascernobrasil.ensp.fiocruz.br/?us_portfolio=reghid). Acesso em: 11 abr 2025.

LÔNDERO, Milena Cramar; REIS, Ana Gabrieli; MEWES, Emily Emanuele Franco. Violência contra pessoas trans no Brasil. **Perspectivas Sociais**, v. 10, n. 01, p. 199-221, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/percsoc/article/view/27346>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MENDES, Lindalva Guimarães; JORGE, Alzira Oliveira; PILECCO, Flávia Bulegon. Proteção social e produção do cuidado a travestis e mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte

(MG). **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe8, p. 107-119, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/CxwhB3Gr5ZQfV3CySb3CFwg/>. Acesso em: 08 dez. 2023.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília. Violência: Impactos no setor saúde e respostas do sistema. In: GIOVANELLA, Lígia *et al.* **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Oswaldo Cruz, 2014. p. 1011-1036.

MOTA, Maylla *et al.* “Clara, esta sou eu!” Nome, acesso à saúde e sofrimento social entre pessoas transgênero. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 26, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/biblio-1360510>. Acesso em: 08 dez. 2023.

NUNES, Danilo Henrique *et al.* O direito ao nome da pessoa natural e à alteração do nome social de pessoas LGBTI+ em face ao constrangimento social. **Ciência Et Práxis**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 67-80, 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/praxys/article/view/4437>. Acesso em: 05 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Manual de atendimento jurídico a migrantes e refugiados: migrantes e refugiados pertencentes ao grupo LGBTQI+**. Brasília: OIM, 2020. Disponível em: [https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/manualis\\_cap12\\_dig\\_1.pdf](https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/manualis_cap12_dig_1.pdf). Acesso em: 10 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Glosario de la OIM sobre Migración**. Genebra: OIM, 2019. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml-34-glossary-es.pdf>. Acesso em 18 abr. 2025.

PEREIRA, Mar Fournier. La voluntad de existir: historias de violencia en una colectividad de mujeres trans. **Ex Aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos Sobre as Mulheres**, Lisboa, n.

38, p. 67-82, 2018. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/la-voluntad-de-existir>. Acesso em: 08 dez. 2023.

PODESTÀ, Lucas Lima. Ensaio sobre o conceito de transfobia. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 11, p. 363-380, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/ob3c/d72fb851df8cfda7d797312002e2813b8937.pdf>. Acesso em 09 abr. 2025.

RICO, Maria Nieves. **Violência de gênero: un problema de derechos humanos**. Cepal, 1996.

ROCHA, Gustavo do Vale; RIBEIRO, Natália Vilar Pinto. Fluxo migratório venezuelano no Brasil: análise e estratégias. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 20, n. 122, p. 541, 2018. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1820>. Acesso em: 01 dez. 2023.

R4V. **Mais de quatro milhões de refugiados e migrantes da Venezuela lutam para acessar necessidades básicas nas Américas**. 2023. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/news/mais-de-quatro-milhoes-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-lutam-para-acessar-necessidades>. Acesso em 16 abr. 2025.

SÁNCHEZ-FUENTES, María del *et al.* Transphobia and gender identity: social representations of trans women from brazil and colombia. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 11, p. 5793-5804, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34852109/>. Acesso em: 08 dez. 2023.

SCOTT JUNIOR, Valmôr; VIEBRANTZ, Kevin de Moraes. Mulheres transgênero em situação de violência doméstica e familiar: a aplicabilidade da Lei Maria da Penha. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ-RFD**. v. 40, p. 217-250, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rfduerj/article/view/58347>. Acesso em: 08 dez. 2023.

SENNA, Ariane Moreira. **A Solidão da mulher trans, negra e periférica: uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal**. 2021. 188f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

SILVA, Renata Layssa Ferreira. **Percepções de gestores sobre o atendimento à mulheres trans venezuelanas em Boa Vista e Manaus.** 2025. 149f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

SILVA, Izabel Cristina Brito *et al.* Gender violence perpetrated against trans women. **Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília**, v. 75, n. 2, p. 1-9, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35262561/>. Acesso em: 08 dez. 2022.

USSHER, Jane *et al.* Crossing Boundaries and Fetishization: experiences of sexual violence for trans women of color. **Journal Of Interpersonal Violence**, v. 37, n. 5-6, p. 3552-3584, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32783523/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

ZUCCHI, Eliana Miura *et al.* Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LqvvcfLhQNHQwb3M3zQPFFN/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

## Violence experienced by Venezuelan transgender migrant women in Brazil

### Abstract

Venezuelan transgender women flee the crisis and transphobia in their country and seek legal protection in Brazil. However, after entering Brazilian territory, they face a series of adversities, involving various forms of violence. Thus, the objective of this study was to analyze the

violence experienced in Brazil by Venezuelan transgender migrant women. This is a qualitative study conducted in Manaus and Boa Vista with transgender migrants from Venezuela. Nine semi-structured individual online interviews and three in-person focus groups were conducted, totaling 34 interviewees. A reflective thematic analysis was performed. The data were categorized as follows: 1) (Cis)cultural violence: crossing boundaries and crushing dreams and (trans)expectations, which addresses violence resulting from cultural differences and the suppression of these women's aspirations; 2) Interpersonal violence: discrimination causing physical harm, which explores physical aggression and discrimination experienced in various contexts; 3) Strategies adopted as a way of coping with violence, which highlights the strategies acquired to deal with the violence they face. It was concluded that intersectionality, which involves being a migrant, poor, and transgender woman, causes these women to face many situations of vulnerability, including new forms of violence, with few resources to deal with them, despite recognizing discrimination and transphobia as the main causes.

**Keywords:** International migration. Transgender women. Public Health. Transphobia

**Rodrigo Natan do Nascimento Almeida**

*Graduação em Psicologia. Pesquisador assistente do Grupo de Estudos sobre Saúde e Subjetividade GESS/CNPq.*

**Sara Fiterman Lima**

*Graduação em Enfermagem. Professora Adjunta da UFMA. Docente Colaboradora do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva UFMA. Docente Permanente do Programa de Pós Graduação em Enfermagem da UFMA. Membro docente do Grupo de Estudos sobre Saúde e Subjetividade GESS/CNPq.*

**Helena Moraes Cortes**

*Graduação em Enfermagem. Professora do Departamento de Enfermagem da UFSC. Docente do Programa de Pós Graduação em Enfermagem da USFC. Membro do MentalTrans - Laboratório de Pesquisa, Tecnologia e inovação em Enfermagem Psiquiátrica, Atenção Psicossocial e Transgeneridades - CNPq.*

**Liliana Janeth Gómez Aristizábal**

*Graduação em Administração em Saúde. Professora da Universidad CES em Medellín, Colômbia. Pesquisadora assistente do Grupo de Estudos sobre Saúde e Subjetividade GESS/CNPq.*

**Zeni Carvalho Lamy**

*Graduação em Medicina. Professora titular do Departamento de Saúde Pública da UFMA. Professora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (UFMA). Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Saúde e Subjetividade GESS/CNPq.*

*Recebido em: 15/12/2023*

*Aprovado em: 22/09/2025*